

# Escolas devem abrir consulta pública sobre modelo cívico-militar

Na região, 16 unidades manifestaram interesse no modelo; alunos, pais e professores devem votar para que o projeto seja adotado

THAINÁ LANA  
thainalana@dgabccom.br

As 16 escolas estaduais do Grande ABC, e as mais de 300 em São Paulo, que manifestaram interesse em implementar o modelo cívico-militar devem abrir consulta pública a partir desta segunda-feira (17). A Seduc-SP (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo) informou que alunos, responsáveis e equipes escolares têm até o dia 31 de março para avaliar se são ou não favoráveis ao projeto. A expectativa do governo estadual é a de que até 100 unidades do Estado adotem o programa a partir do segundo semestre.

Aprovado na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) no ano passado, o programa Escola Cívico-Militar chegou a ser suspenso pela Justiça de São Paulo, mas a implantação foi retomada após o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), aceitar um recurso do governo estadual.

Pais, estudantes com 16 anos ou mais, professores e funcionários das escolas estão aptos a votar. De acordo com o edital, cada família terá direito a um voto na consulta, então caso o estudante com 16 anos registre sua escola, o voto dos pais não será contabilizado.

Para que a consulta pública seja considerada válida, precisam participar da votação a maior parte dos integrantes da comunidade escolar, ou seja, a soma de estudantes, professores e membros da equipe escolar. Se o quórum mínimo não for atingido, a votação pode ser repetida até três vezes.

Além dessa, outras duas rodadas de consulta estão previstas para unidades que não atingirem a quantidade de votos válidos, conforme informou a Seduc. Em 4 de abril, as escolas devem informar sobre quórum insuficiente e a segunda consulta acontece pela SED (Secretaria Escolar Digital), entre os dias 7 e 9 de abril. Caso haja a necessidade de uma terceira rodada, o período de votação previsto no calendário é de 15 a 17 de abril. O resultado será divulgado em 25 de abril.

Contrário ao modelo cívico-militar, o diretor estadual da Apeoesp (Sindicato dos Pro-



LIBERADO. Programa chegou a ser suspenso pela Justiça paulista

fessores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Aldo dos Santos, disse ao **Diário** que as consultas públicas são direcionadas e viciadas, pois não abrem o debate para participação do sindicato. "Não tem o direito ao contraditório. Isso nós já presenciamos, não é invenção. É praticamente com tudo já definido e imposto, pois essas escolas já foram selecionadas para adotar o modelo, então você percebe que existe uma imposição da natureza", pontuou.

Santos explicou ainda que é contra a implementação do modelo, pois o considera antipedagógico. "Inclusive, é ilegal. O dinheiro da educação é para os alunos e para instituição, não para segurança pública. Iremos fazer um esforço em São Bernardo para que a comunidade, mesmo com todas as dificuldades, se imponha e vote contrária a esse absurdo que é tratar a educação como um processo de aparato policial repressivo. Nós queremos a escola livre de qualquer aparato ideológico."

Segundo a Seduc, o investimento nas escolas cívico-militares será o mesmo já previsto nas unidades regulares. O gasto com a contratação dos monitores, já considerando a expectativa de 100 escolas cívico-militares, será de R\$ 7,2 milhões.

"As escolas cívico-militares seguirão o Currículo Paulista, organizado pela Secretaria da Educação. A Pasta também será responsável pelo processo de seleção dos monitores e pela formação dos professores das unidades. Caberá à SSP (Secretaria da Segurança Pública) apoiar a Secretaria da Educação no processo seletivo e emitir declarações com informações sobre o comportamento e a respeito de processos criminais ou administrativos, concluídos ou não, em que os candidatos a atuar como monitores nessas unidades de ensino possam estar envolvidos", destacou a Pasta.

Além disso, a SSP vai participar do desenvolvimento de atividades extracurriculares na modalidade cívico-militares, organização e segurança escolar. O processo seletivo dos policiais da reserva — será ao menos um por escola — caberá à Educação e deverá ter início após consultas públicas.

O diretor estadual da Apeoesp continuou. "Transformar a escola pública em um espaço de doutrinação militar é abominável. Defendemos a liberdade de expressão, de manifestação, que valoriza o professor. E com a implantação do modelo cívico-militar isso não será respeitado. Isso é incompatível com a educação", finalizou Santos.

## Escola Wladimir Herzog desistiu

Das 16 unidades que demonstraram interesse na região, oito são de São Bernardo, três de Santo André, duas de Diadema, duas de Ribeirão Pires e uma de São Caetano. As escolas estaduais de Mauá e Rio Grande da Serra não aparecem na lista divulgada no **Diário Oficial** do Estado.

Em julho do ano passado, quando a primeira lista de escolas interessadas foi divulgada, o Grande ABC tinha 15 unidades — mais uma escola em São Bernardo manifestou interesse e aumentou o número de instituições na região.

Dias após o anúncio das unidades aptas a adotar o modelo cívico-militar, a direção

da Escola Estadual Jornalista Wladimir Herzog, localizada no Centro de São Bernardo, informou que desistiu de implementar o projeto do governo estadual. A desistência ocorreu após forte pressão da família do jornalista, torturado e morto pelo regime militar brasileiro durante a ditadura, em 1975, e de organizações da sociedade civil.

Na ocasião, Ivo Herzog, filho do jornalista, se manifestou contrário à atitude da direção da escola. "A família Herzog protesta fortemente. (...) Caso o projeto caminhe, iremos tomar as medidas cabíveis para que o nome do meu pai não se associe a esta atrocidade", disse Ivo Herzog. O SJSJ (Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo) e o IVH (Instituto Wladimir Herzog) divulgaram notas de repúdio pela ação. Apesar do anúncio de desistência em 2024, a Escola Estadual Jornalista Wladimir Herzog ainda aparece no edital da Seduc, publicado no dia 27 de fevereiro deste ano, no **Diário Oficial** do Estado, entre as unidades escolares aptas a realizar a consulta pública.

O **Diário** questionou a Seduc sobre a desistência da escola de São Bernardo, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. ■

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** 3